



SEÇÃO: ARTIGOS

Crime e criminalização de movimentos sociais, trabalhadores e vida urbana na imprensa (Manaus, 1985-1989)

Crime and criminalization of social movements, workers and urban life in the press (Manaus, 1985-1989)

Paola da Cruz

Rodrigues¹

orcid.org/0000-0001-5256-8448

paolacrodrigues1998@gmail.com

Nelson Tomelin Jr.¹

orcid.org/0000-0002-2764-5840

nelsontomelin@yahoo.com.br

Recebido em: 8 out. 2021

Aprovado em: 5 jan. 2022.

Publicado em: 23 maio 2022.

Resumo: Este artigo é resultado das discussões do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado "Crime e Criminalização na Imprensa: Movimentos Sociais e vida Urbana na cidade de Manaus (1985-1989)", possibilitado pela reflexão sobre a imprensa periódica escrita como força ativa na representação da criminalidade e na criminalização de movimentos sociais e outros fazeres urbanos na cidade de Manaus, entre os anos de 1985 e 1989. Tendo como foco a produção de jornal de grande circulação, buscou-se compreender os interesses e as disputas regionais que encadeiam, naquele momento, também valores em torno da ideologia do progresso. A esfera política de atrelamento desses diferentes conteúdos se dá por perspectivas culturais amplas, contribuindo a matéria, de forte apelo midiático, para a articulação de interesses comerciais e empresariais, sendo igualmente alvo da resistência de trabalhadores e trabalhadoras organizados de dentro de seus modos próprios de vida na cidade. O recorte temporal analisado marca o fim da ditadura civil-militar de 1964 e seu após, passando pela promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 com a consolidação, nesse texto, de importantes políticas sobre o direito à cidade, as quais avançaram o marco civilizatório no país. Tais debates também estiveram presentes na imprensa do período, inclusive com a participação, nessas páginas, de sujeitos históricos diversos que então lutaram por democracia.

Palavras-chave: Imprensa. Criminalização. Trabalhadores.

Abstract: This article is the result of the discussions of the Institutional Program of Scholarships for Scientific Initiation (PIBIC) entitled "Crime and Criminalization in the Press: Social Movements and Urban Life in the city of Manaus (1985-1989)", made possible by the reflection on the written periodical press as an active force in the representation of criminality and criminalization of social movements and other urban actions in the city of Manaus, between the years 1985 and 1989. Focusing on the production of a large circulation newspaper, we tried to understand the interests and regional disputes that chained, at that moment, also values around the ideology of progress. The political sphere in which these different contents are intertwined has broad cultural perspectives, and the article, with strong media appeal, contributes to the articulation of commercial and business interests, being equally the target of resistance from workers organized within their own ways of life in the city. The time frame analyzed marks the end of the 1964 civil-military dictatorship and its aftermath, going through the promulgation of the 1988 Federal Constitution of Brazil with the consolidation, in this text, of important policies on the right to the city, which advanced the civilizing milestone in the country. Such debates were also present in the press of the period, including the participation, in these pages, of diverse historical subjects who fought for democracy at the time.

Keywords: Press. Criminalization. Workers.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.

Introdução

A partir da problematização do eixo temático "Crime e criminalização na imprensa: movimentos sociais e vida urbana em Manaus (1985-1989)" buscamos compreender as relações da imprensa como força social ativa na representação do crime e em processos de criminalização de fazeres e lutas de movimentos sociais na capital do estado do Amazonas entre os anos de 1985 e 1989. Com foco prioritário de análise para a produção de todas as edições do jornal *A Crítica* dos anos de 1985 a 1989, visamos entender os diferentes discursos e como eles são construídos no jornal, seja relacionado ao cotidiano, como também à violência, entre outros temas. A esfera desses atrelamentos temáticos de motivações diferentes envolve, na imprensa, perspectivas políticas e culturais, contribuindo a matéria analisada, de forte apelo midiático, para a articulação de interesses variados da vida urbana. A periodização da pesquisa se justifica em razão de demarcar o declínio da ditadura civil-militar e a transição democrática simbolizada pela Constituição de 1988. A partir desse documento, houve a de importantes políticas e discussões sobre o direito à cidade que então avançaram o marco civilizatório no país, debates também presentes na imprensa daquele período, inclusive no campo das disputas sobre a segurança pública.

O discurso da segurança na imprensa, e com ele o tema do crime e da criminalização de valores da vida e das lutas de segmentos sociais urbanos nessas páginas – com atenção aqui para jornal *A Crítica*, de grande circulação na cidade de Manaus –, mantinha forte atrelamento com setores produtivos da sociedade amazonense, e colaborou, entre 1985 e 1989, para articular posicionamentos e reposicionamentos novos de antigas disputas da luta de classes na região, servindo muitas vezes o tema da violência para relacionar classes pobres com o perigo social (CHALHOUB, 1990, 2001; UGARTE, 2001). Contribuem, ainda, para essas análises, importantes avanços na pesquisa no campo da história social do crime e da criminalização de valores da vida urbana em diferentes contextos e temporalida-

des, no Brasil e em outras sociedades (ADORNO, 2002; CHALHOUB, 2001; FAUSTO, 1984; LINEBAUGH, 1983; THOMPSON, 1997).

Ademais, é importante também evidenciar o papel das políticas territoriais de controle social urbano impostas pela ditadura civil-militar (archo salarial com repressão sistemática contra a classe trabalhadora e suas formas de organização nas cidades e no campo), o que propiciou o aparecimento de novas e expressivas áreas de favelização nas regiões urbanas do país. O tema das favelas, imediatamente relacionado com o da violência nas páginas da imprensa escrita periódica, contribuiu para edificar, no âmbito da informação e comunicação, bem como formação de opinião de seus leitores, a associação entre insegurança e aqueles espaços, sem que se observasse a necessária discussão do tema pelo viés da necessidade de políticas públicas de seguridade social. Como observa Alba Zaluar no importante capítulo "Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil", publicado na coletânea *História da Vida Privada no Brasil*, o tema "rende" (ZALUAR, 1994, 2003, 2006, 2007).

A imprensa é importante fonte de análises históricas (VIEIRA *et al.*, 1991), podendo evidenciar processos de formação social com dimensões culturais e disputas entre valores e interesses contraditórios e ambíguos. O jornal enquanto empresa, se distingue por projetos e articulações também no campo do poder social, por afinidade com grupos sociais determinados. O que configuram disputas pela memória inclusive por meio da evidenciação ou ocultamento de projetos alternativos da sociedade. O tema da violência na cidade, associado ao do direito ao trabalho, à memória, à cultura, e à organização em movimentos sociais da classe trabalhadora, tem espaço nessas páginas, seara farta de relações e rastros sobre resistências e desigualdades de forças na produção e reprodução da vida.

Ocorre, por exemplo, de observarmos em jornais da imprensa escrita aqui em foco (meio profissional também marcado por vozes dissonantes), movimentos sociais e de trabalhadores que,

possuindo altíssima capacidade de organização e articuladas práticas políticas em conjuntura socialmente adversa, são transformados em "turbas", em movimentos espasmódicos (THOMPSON, 1997), como grupo de "desavisados" ou "violentos", desconhecedores do fato de que "a propriedade privada tem dono", ou, ainda, como ameaça pública, sendo então, criminalizados pelos jornais. (SADER, 1988).

Após o fim da ditadura civil-militar, em 1985, trabalhadores submetidos a condições de exploração e pobreza, ampliam dimensões de lutas sociais na cidade de Manaus por direitos trabalhistas (SANTIAGO, 2010; SERÁFICO, 2005), pelo direito à moradia, à saúde, à cultura, à cidadania etc. A importância em estudar tais relações se justifica no fato de compreendermos os próprios movimentos sociais como experiência e prática de um determinado grupo social, que nutre e cria valores próprios, de solidariedade, luta, coletividade, organização e justiça, evidenciando projetos alternativos da sociedade, e descosturando o bloco hegemônico do progresso (BENJAMIN, 1996), por disputas em diferentes dimensões de utopia e futuro.

Em suma, naquele período, a cidade de Manaus vivencia conflitos sociais de grandes dimensões, ao mesmo tempo em que se destacava forte industrialização e divisão da sociedade por concentração de latifúndios urbanos, projeto herdado e que se dinamiza enormemente ao longo da ditadura civil-militar no país (REIS FILHO, 2000). Formas "legitimadas" de invasões, de terras historicamente ocupadas por setores privados, distantes dos propósitos de segurança social, por vezes merecem aí discursos brandos e apaziguadores, em um pacto social "neutro" pelo suposto "interesse de toda a sociedade". Nessa conjuntura, o crime aparece como disfunção social, eventualmente associado aos trabalhadores e trabalhadoras e seus movimentos, e demais parcelas socialmente vulneráveis da cidade.

O papel da imprensa

A partir de perspectivas da análise e pesquisa histórica sobre a imprensa escrita (CRUZ;

PEIXOTO, 2007), pretende-se problematizar o papel social de parte desses periódicos frente aos projetos e perspectivas político-empresariais igualmente presentes no período de 1985 a 1989, numa relação de dimensões conflitadas e contraditórias, dissidências e alinhamentos, quanto a exclusões no campo do direito de reprodução da vida na cidade (WILLIAMS, 1989). Assim como eventualmente se evidencia em processos tais como o acima descrito, ou como abaixo se vê em associações de força que demarcam campos opostos de interesses e valores sociais (VIEIRA *et al.*, 1991).

Nessa mesma perspectiva, Heloisa de Faria Cruz (2000) também compreende a imprensa como "instituição privilegiada da constituição da vida pública burguesa", quando seu projeto editorial se articula com as novas "sociabilidades urbanas" por meios advindos do desenvolvimento econômico, do mercado e das práticas mercantis. A historiadora chama a atenção para o fato de que a imprensa é também o contrário de algo como um "depositário" de notícias e fatos, ou ainda mera "ilustração" da história, correndo-se o risco de tomar o relato, a narrativa do jornal "tal como ela é", como "algo dado". Seria preciso entender a imprensa como uma instituição que se articula com diversas dimensões, conjunturas, processos político-econômicos, formações culturais, correlação de forças etc., e estas articulações apontam o meio para o qual se move a imprensa nestas disputas, evidenciando seu "corte de classe", na defesa de valores e posicionamentos, e dissonâncias nesse campo.

Em notícia do quadro "Cidade Aflita" do dia 18 de novembro de 1987 do jornal *A Crítica*, com a manchete "Beira-Rio invadida por favelas", vemos que:

Os assessores do Prefeito Manoel Ribeiro insistem em fazer vista grossa para os problemas existentes na cidade de Manaus. A Avenida Beira – Rio no Bairro do Coroadó, por exemplo, está se transformando numa imensa favela do dia para a noite, sem que apareça um fiscal no local para proibir a construção de palafitas à margem do igarapé que corta o bairro. A Avenida Beira-Rio era uma das vias mais bonitas e largas existentes no bairro do Coroadó, porém, agora, se transformou numa

das favelas mais feias e sujas, devido à construção de dezenas de palafitas dentro do igarapé sujando-o (BEIRA-RIO..., 1987, p. 5).

Importante destacar a relação articulada pela imprensa entre a proposta de expulsão e "criminalização" de espaços de vida e moradia daquela população pobre – "poluidores" dos poluídos igarapés da cidade – e a produção de uma paisagem "limpa". Nessas páginas, a especulação imobiliária do período pós-ditadura (SILVA, 2006) se fundamenta também na determinação de quem o jornal parece definir como atores centrais e exclusivos do planejamento urbano, os "fiscais", as "autoridades" municipais.

Avanços no campo da história social do crime e da criminalização de valores da vida urbana em diferentes contextos e temporalidades, no Brasil e em outras sociedades, já estão consolidados na pesquisa histórica e suas metodologias (ADORNO, 2002; BRETAS, 1991; CHALHOUB, 2001; FAUSTO, 1984; LINEBAUGH, 1983; THOMPSON, 1997). Nessa linha, o campo de análise e de pesquisa anunciados neste artigo se dará no trato do tema do direito à cidade, na abordagem sobre a construção de valores negativos de memória, de desvalorização de trabalhadores e trabalhadoras e de movimentos sociais que lutam pela função social da propriedade (GOHN, 2011; KOWARICK, 1993; MARICATO, 2008).

O que também se pode alcançar pela presente pesquisa é a problematização histórica desse processo por projetos e entendimentos alternativos sobre a cidade, e sobre o direito à memória e aos modos próprios de vida, presentes nas páginas da imprensa no mesmo momento em que práticas de exclusão são enfrentadas pela resistência de organizados movimentos de moradia. Sendo trabalhado o jornal de forma completa em toda a sua periodicidade, cadernos, artigos, principalmente os "Caderno Cidade", "Policial" e "Cidade Aflita" que dão destaque a crimes e situações cotidianas, mas também atentamos as charges, aos destaques das capas para compreender como a imprensa se articula e quais as notícias e informações são priorizadas.

O jornal *A Crítica* foi fundado em 1949 pelo

jornalista Umberto Calderaro Filho e sua cônica Ritta de Araújo Calderaro, pertencendo até os dias atuais a família, hoje dona da Rede Calderaro de Comunicação. É um jornal diário, que chegava ao leitor às 11 horas, sendo o de maior circulação do estado. Ficou muito tempo conhecido como "onzeiro" devido a estratégia de publicação às 11 horas que foi criada pelo seu fundador, o jornalista Umberto Calderaro Filho (1927–1995) para enfrentar os grandes jornais da época, sair primeiro que os concorrentes da tarde e depois que os da manhã e, assim, consolidar-se como um meio-termo e conquistar um nicho de leitores.

Priorizamos a leitura completa do jornal para observar a sua articulação, suas diversas narrativas, muitas construídas visando interesses da elite da época, como a desocupação de bairros nobres e criminalização de bairros periféricos. Os mais diversos tipos de crimes vão sendo abordados a fim de se moldar um imaginário social, logo não poderíamos dar destaque apenas a ler um caderno, ou somente alguns textos, mas sim ao periódico por completo, até mesmo para compreender as mudanças de discurso em torno dos projetos políticos da época e as discussões referentes a Constituinte em 1988. Como o jornal *A Crítica* não existe em meio on-line o mesmo foi lido impresso, em material disponibilizado pela Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, e as manchetes abordadas foram escaneadas visando manter o material para consulta, os fascículos retirados do jornal foram catalogados de acordo com ano, edição, caderno e paginação.

Assim, também a obra de Antonio Gramsci contribui para se pensar a imprensa no campo da produção social de "hegemonias e contra-hegemonias" (GRAMSCI, 2001), o que pode explicar o porquê de visões de mundo e interesses particulares serem apresentados e reproduzidos nessas páginas como um "bem comum", "valores universais", ainda que enfrentando resistências inúmeras por movimentos organizados e não organizados.

A partir destas breves perspectivas, poder-se-á constituir um mosaico de questões fundamentais, que poderão vir a compor uma reflexão mais

detida através do "olhar da imprensa" sobre a luta dos trabalhadores e trabalhadoras e de seus movimentos sociais por moradia e vida urbana dignas, pelo direito a terra e à cidade. Busca-se aqui problematizar o discurso da imprensa na produção e preservação da memória, pela maneira como constrói os fatos (VESENTINI, 1997).

Como esforço central da pesquisa, será preciso problematizar os "valores" defendidos pela imprensa escrita periódica de Manaus, explicando articulações políticas no campo das lutas sociais em que se constitui, evidenciando concepções de propriedade, direitos e cidadania, e como os temas da habitação e do acesso à terra são aí apresentados, sem descuidar de sublinhar diferenças e dissonâncias nesse meio no período de 1985 a 1989.

Ao fim e ao cabo, são dimensões históricas que podem ser esclarecidas sobre a cidade e seus trabalhadores organizados em movimentos, resistindo em espaço de disputas, que, para a pesquisa em história, e o debate aqui proposto, deve ser problematizado também como território da memória. São estes lugares em que a imprensa, inclusive aquela mais acima problematizada, explicita o seu papel de força ativa constitutiva do social (BARBERO, 1997), sendo necessário, portanto, "desvendar a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe" (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Crime, criminalização e violência: "caso de polícia"

O jornal *A Crítica*, tal como analisado, evidencia diversas disputas no que diz respeito à urbanização, seja no próprio meio urbano ou rural. A cidade de Manaus aparecia então cada vez mais inserida no debate sobre o progresso, com base, no mais das vezes, nas propostas da Nova República. O adjetivo "nova", no caso, reforçava então alinhamentos de diversos interesses já presentes nos governos anteriores da ditadura civil-militar (1964/1985), como o tema da integração da Amazônia, que alijava a população de trabalhadores rurais, ribeirinhos, donas de casa, e

outros sujeitos da cidade, da lógica excludente do desenvolvimento, senão incluindo-os como força de trabalho. Desvalorizada ideologicamente pela elite da época, seja a representada pela classe dominante presente no próprio governo, seja o setor econômico interessado naqueles projetos, a classe trabalhadora se organiza a partir de sua própria experiência por forma de resistência e projetos alternativos de sociedade.

Tal perspectiva de progresso supostamente definida para a região, associada ao desenvolvimento urbano, incentivos fiscais, normas restritivas do direito à habitação e investimento em segurança pública pelo viés militar-policial, aparece em todas as edições do jornal no período. O jornal *A crítica* começa o ano de 1985 narrando crimes violentos na cidade, ao mesmo tempo em que dedica um caderno exclusivo para discutir as "reformas" propostas por Gilberto Mestrinho para o município. Na capa do fascículo de 2 de janeiro de 1985 temos a manchete "Entrada de ano violenta com 3 crimes de morte". O conteúdo da matéria jornalística informa que

Três homicídios marcaram a passagem do ano novo em Manaus, além de uma criança morta no trânsito. O pedreiro Raimundo Magno Filho (40 anos) foi a primeira vítima do ano, assassinado com uma facada no peito, em meio a uma briga generalizada, tentava sair da boate "Abacaba" no Coroadó 3, por volta das 4:30 horas de ontem. O biscateiro Francisco das Chagas Rodrigues da Silva (25 anos) foi assassinado com um tiro na cabeça, mas ninguém sabe onde ou como ocorreu o crime, pois sua família já o encontrou morto no HGV. E ontem o corpo do vigia Olivar das Chagas Rodrigues foi encontrado pelo dono da estância onde ele morava há dois meses, na rua Ferreira Pena. Ele, que era homossexual, teria sido morto durante uma de suas aventuras com homens que frequentavam seu quarto no sábado ou no domingo (ENTRADA..., 1985, p. 1).

A violência aparece demarcada na imprensa como resultado do comportamento da classe trabalhadora, segundo o jornal, reprovável. Trata-se, no mais das vezes, de crimes de sangue, desavenças e brigas como resultado de imbróglis amorosos, excesso de consumo de álcool etc. A violência social, fruto da divisão de classes, produção urbana da pobreza, não aparecerá com esse qualificativo. Tampouco a inação e a desídia

do governo aparecerão como violência social. Além da capa, no contexto de uma narrativa de medo, e outras supostas apreensões daquele momento, afirma aquela edição que a população está confiante na mudança de governo, e reafirma a importância das reformas de Gilberto Mestrinho para o desenvolvimento e melhora da cidade de Manaus e, portanto, das condições de vida da população. No caderno Especial, do dia 2 de janeiro, temos a manchete "Mestrinho: As reformas para a grande transformação". Nesse caderno, são apresentadas as principais reformas aplicadas por Gilberto Mestrinho. São elas, o incentivo fiscal, a produção agropecuária, a exploração de matérias primas, porém justificadas como necessárias para a questão social, tendo o caráter econômico um papel secundário, sendo os objetivos maiores do governo a educação, saúde, abastecimento e habitação. E mesmo o programa não tendo a questão da segurança pública em destaque, o caderno apresenta um bloco específico com a seguinte manchete "Polícia Militar: Segurança nas ruas e assistência nos bairros". Nesse bloco, se justificam as ações da operação Aciso, apresentada como uma operação com objetivo de levar assistência social e segurança aos bairros, uma espécie de postos da polícia militar com funções de emissão de documentos, orientações jurídicas e até mesmo extrações dentárias.

No último parágrafo do mesmo bloco, em elaborada construção do texto, destaca-se que

Hoje, pela ação eficiente da polícia civil, praticamente retirou do noticiário policial os famosos crimes insolúveis, que para a tristeza de todos caíam no rol do esquecimento. Hoje os fatos revelam uma nova era na segurança da população. Pelas ações **preventivas e repressivas** da polícia, a segurança dos cidadãos é algo garantido (POLÍCIA..., 1985, grifo nosso).

Aqui podemos perceber a justificativa de uma repressão em nome da segurança da população, perspectiva contraditória se pensarmos os números seguintes dos jornais que narram como a violência e o crime se tornam cada vez mais frequentes na cidade de Manaus. Segundo a linha editorial daquele período, esses crimes eram, muitas vezes, associados ao surgimento

de novos bairros compostos por pessoas pobres, por vezes migrantes do interior. Trata-se também aí da associação ideológica entre classes pobres e classes perigosas (CHALHOUN, 1990).

Compreender o processo histórico no qual esse debate está inserido é importante para entender qual polícia interessa para os valores econômicos, políticos e sociais da época. Como a polícia se configura para se adequar ao ideal democrático que se pretende afirmar, e como o jornal configura esse jogo entre o crime e a violência policial. E, com base nisso, como a sociedade está reagindo, quais as configurações de resistência que temos e os impactos dessa postura para a população que no jornal é tida como disseminadora de problemas para a cidade.

O discurso da ação policial nas ruas se intensifica conforme os meses do primeiro semestre de 1985 avançam. Diversas manchetes dão foco então para um tipo de crime específico, aplicado aos designados pela imprensa como "pivetes", jovens em sua maioria negros e pobres que cometem o crime de "puxar carros" no centro da cidade. A primeira manchete que se refere ao crime é do dia 10 de janeiro de 1985, publicada no caderno "Polícia", trazendo como manchete: "Polícia às tontas: Quadrilha de ladrões puxou sete carros no final de semana".

Seguindo a linha dessa tipificação de crime, no dia 18 de janeiro de 1985, no caderno "Polícia", temos como manchete "Quadrilha a solta: Puxadores levaram mais quatro veículos". No corpo do texto da matéria ficamos sabendo que

Os puxadores continuam agindo na cidade. Não encontram barreiras para levar os carros da frente das casas e garagens. As denúncias foram feitas na Delegacia de Furtos de Veículos, cujos agentes encontram dificuldade para dar combate aos marginais. Segundo o delegado Almir de Souza Lima, os policiais não contam com carros adequados para proceder batidas, percorrendo os varadouros e estradas para onde os carros são levados (QUADRILHA..., 1985).

Conforme essa narrativa se configura, o jornal noticia que a população cobra uma ação mais enérgica da polícia. Sem especificar a parcela da sociedade que reivindica aquelas ações, o

jornal narra a forma como os crimes aterrorizam a população, e, que, apesar das tentativas do governo de sanar os problemas da violência, o crime organizado se configura e foge do alcance policial.

Não demora para que o jornal traga a notícia de que carros novos foram adquiridos (eventualmente locados com o custo de altas diárias) para a polícia militar e novas companhias de choque instaladas nos bairros, com a justificativa de que o governo estaria dinamizando a polícia militar para atender à população. Com rádio patrulha, policiamento ostensivo e batalhões enviados aos interiores do estado, a polícia militar se coloca para garantir a segurança da população, narrativa colocada e articulada pelo jornal com sentido prático e atendendo a interesses específicos.

Enquanto o jornal dá destaque em grandes manchetes para os crimes relacionados ao roubo de carros, pequenos roubos de frutas, de botijões de gás, e assaltos a feiras, recebem pouco espaço nos cadernos. Muito se fala de "desocupados", "pivetes", "vadios" que cometem pequenos furtos, todos presos com sucesso pelos batalhões de polícia, crimes com menos destaque, o que passa uma ideia de menor importância, relacionada claramente ao valor que o capital exerce. A um roubo de carro não se compara um furto em estabelecimento comercial hortifrutigranjeiro, mas a prisão se dá justamente no crime que o jornal aborda com menos destaque.

Também se dá no periódico destaque ao "caos" que alguns bairros vivenciam cotidianamente, muito semelhante ao discurso de higienização de bairros com número significativo de trabalhadores, com trabalhos que não embelezam a cidade. Como na notícia "Beth denuncia: Bairro dos Remédios vive situação de caos", publicada no Caderno "Política" do dia 25 de janeiro de 1985, página 11. A então deputada Beth Azize (PMBD) denuncia que, pela inúmera quantidade de lanchonetes localizadas no calçadão do bairro dos Remédios, a vida de quem ali exerce suas atividades ou reside se tornou impossível, com "muito lixo, uma balburdia no trânsito e a falta de saneamento", mesmo após terem sido retirados

todos os feirantes daquela área, não citando o jornal onde eles teriam sido realocados.

A perspectiva de que o trabalho exercido por essas pessoas no bairro dos remédios suja, polui e causa caos é óbvia. A ideia exercida não é a de regularização do trabalho ou de melhores condições para essa população, é a de embelezamento do bairro, expulsão dos trabalhadores, criminalização de suas práticas. Isso para atender aos interesses de uma classe dominante que não se conforma em não poder estacionar seus carros em uma rua, eventualmente ocupada por uma barraca de lanche. Trata-se também aí de uma disputa pela cidade, precisamente quanto ao direito produtivo.

Disputa pela cidade e pelo espaço político: movimentos sociais

As disputas que ocorrem são não apenas pelo espaço da cidade, mas por direitos, ainda com grande reflexo da crise econômica e do arrocho salarial, tendo em vista que em 1985, o índice anual da inflação já batia 231%. Quatro anos depois, durante o governo Sarney, eleito indiretamente pelo Congresso, a inflação chegou a quase 2.000% em 12 meses. O endividamento do país subiu de 15,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1964 para 54% do PIB quando os militares deixaram o poder, em 1984. A dívida externa cresceu 30 vezes. Passou de US\$ 3,4 bilhões em 1964 para mais de US\$ 100 bilhões em 1985.

Os trabalhadores tiveram aumentos salariais que eram insuficientes para recompor as perdas causadas pela elevação dos preços, reduzindo o poder de compra. Entre 1964 e 1985, o salário-mínimo caiu 50% em valores reais, ou seja, já ajustados pela inflação. Esse arrocho salarial aconteceu em parte como resultado da intervenção dos militares sobre os sindicatos, o que diminuiu o poder dos movimentos e de negociação dos operários. Muitas dessas associações foram desmanteladas. Vários dirigentes sindicais foram presos ou substituídos por simpatizantes do regime.

O achatamento dos salários diminuiu o custo de mão de obra. Além disso, foi reduzida a alíquo-

ta máxima do Imposto de Renda, beneficiando os mais ricos, e concedidas várias isenções fiscais ao empresariado. Foi criada a chamada correção monetária, um instrumento que protegia os investimentos da inflação e favoreceu mais quem tinha dinheiro para investir no mercado financeiro. O que prejudicava os trabalhadores em detrimento dos interesses empresariais.

No caderno Cidade do dia 19 de março de 1985 é publicada a manchete "Empresas tomaram precaução: Policiais mobilizados até o início da noite", com o seguinte texto:

Depois que anunciado o acordo entre empresários e motoristas, os ônibus voltaram a circular normalmente pela cidade como se nada tivesse acontecido. Como única prova do movimento ficaram alguns estilhaços de vidros quebrados pela Getúlio Vargas e Leonardo Malcher [...] (EMPRESAS..., 1985, p. 6).

A notícia se refere à greve dos motoristas de ônibus que durou, segundo o jornal, cinco horas, e ocorreu em função do atraso nos pagamentos e de uma tentativa de reajuste do salário da categoria anteriormente negada pelos empresários. Conforme consta em outras manchetes, uma proposta de reajuste da tarifa de ônibus concedida pelo prefeito Amazonino Mendes fez com que a categoria também reivindicasse um aumento no salário. Sem sucesso nessas negociações, os trabalhadores colocaram piquetes nas garagens e impediram a saída dos ônibus.

No jornal, as manchetes com maior destaque são de "caos", narrando que a cidade ficou imobilizada por conta da greve e que a população ficou desassistida. Cabe aqui ressaltar que a postura com que o jornal destaca o tema não é a dos trabalhadores, tão pouco a do resultado da greve, haja vista que a categoria conseguiu negociar os benefícios e o reajuste salarial. O que o jornal destaca é o dano que a greve causa, e inclusive a postura de se precaver das empresas colocando policiais na rua contra os grevistas. Além disso, dá-se destaque para pronunciamento do prefeito de que existiam muitos motoristas desempregados, quase que afirmando que os

que estavam em greve poderiam ficar também ou deveriam valorizar o trabalho independente das condições.²

No contexto político, o jornal dá destaque à mencionada Nova República. O periódico traz a manchete "Nova República vai debater a violência", na qual destaca a fala do então vereador Francisco Marques:

[...] fez, ontem, uma reflexão diante das preocupações da sociedade brasileira com a violência alertando os demais vereadores para o fato de que "essa violência na sua verdadeira dimensão, não pode ser reduzida apenas à criminalidade". Mostrando que a violência é tudo aquilo que fere ou esmaga a dignidade de qualquer pessoa humana ... Ele chamou a atenção para a violência cometida contra menores infratores e carentes; a violência cometida contra os deficientes físicos abandonados à própria sorte além da violência que se consubstancia na falta de moradia, de alimentação, de assistência médica, e de escolas, bem como a discriminação da mulher, explorada sob diversas formas [...] (NOVA..., 1985).

A citação da fala de Francisco Marques (PMDB) ainda segue, e abarca trabalhadores rurais, negros e indígenas, completando, segundo o jornal, com um ponto que, para o vereador, seria a maior das violências, que é impedir o povo de participar da vida política, econômica e social da nação por meio de eleições livres. Precisamente o que entendia representar a figura de Tancredo Neves, a oportunidade que a maioria dos miseráveis do país então teria.

A fala representa a defesa da "redemocratização", quando todos os setores, classes sociais e população no geral se sentiriam contemplados, com os preços subindo, o processo de favelização cada vez mais intensificado. Uma fala nesse aspecto representa o sentimento de esperança, daquilo que o governo poderia e deveria ser ou fazer, correspondendo aos anseios da população pobre ou, mais especificamente, do eleitorado pobre.

Na segunda metade de 1985, os destaques para os crimes, que até então eram muito centralizados nos roubos de carros, passam a ser mais direcionados ao consumo de entorpecentes

² Ver: *A crítica*, 19 mar. 1985. Caderno Cidade, p. 7.

ilegais, principalmente maconha. Uma hipótese possível para a introdução desse tema é a de que o jornal alimentasse a ideia de que a Nova República debateria e defenderia a legalização ou liberação do uso de maconha. Mas o que sucede é um conjunto de notícias que evidenciam trabalhadores, pedreiros, pivetes, flagrados com cigarros, trouxinhas de consumo próprio, prática não enquadrada como tráfico.

Também nesse período se intensificam os debates sobre a constituinte, publicizando o jornal uma posição editorial mais clara. No dia 03 de julho de 1985, é veiculada a manchete "Constituinte: Nasce o Estado de Direito", em que se lê que

O país tem excelente oportunidade para criar seu Estado de Direito. A Nação soberana, em clima de liberdade e pelo processo democrático, faz uma nova Constituição, reorganiza suas formas de vida e regras de convivência social. Poucos tiveram chance de conseguir tanto através de meios pacíficos (CONSTITUINTE..., 1985, p. 5).

A afirmação de que a nova constituinte será alcançada por meios pacíficos abre amplo debate sobre a repressão na ditadura. O silenciamento dos grupos que participam do processo de reivindicação de eleições diretas, de combate à ditadura e outros, marca um processo de invisibilização,

camuflado no termo "pacífico". De todo modo, o jornal passa a fazer a defesa da constituinte e do processo democrático de eleições.

Na segunda metade do ano, o jornal também dá início a um novo caderno, além do caderno Cidade, que já trazia problemas urbanos, as dificuldades da população, transporte, moradia, entre outros. Passa a ser publicado o Caderno "Cidade Aflita", destacados aí os problemas de forma ainda mais explícita, evidenciando a pobreza como principal fator de criminalização, doenças etc., e condicionando todos os problemas dos bairros a esse processo de gentrificação.

Essas questões podem ser observadas em diversos momentos em que a disputa pela cidade é evidenciada no jornal. Em manchete do dia 1 de novembro de 1985 na capa do jornal, temos o enunciado "Esperança na área de invasão", tratando a notícia sobre um grupo de posseiros que teria invadido a área da Ponta Negra e construído barracões. O espaço teria logo sido cercado por policiais, enquanto os posseiros esperavam uma decisão referente à propriedade do local. Na imagem que acompanha a manchete, vemos mulheres costurando à mão a bandeira do Brasil, ao lado de um bebê que dorme em uma rede (Figura 1).

Figura 1 – Esperanças na área de invasão



Fonte: *A crítica*, 1 nov. 1985, capa.

Por vezes, a ideia que o jornal passa é a de

que aquelas pessoas estão ali por escolha, que

foram avisadas de que não deveriam estar ali, logo não sendo legítima a sua resistência contra a reintegração de posse do terreno. Mas, para além do jornal, ao observarmos como se davam perspectivas excludentes de relações sociais daquele momento, e também de agora, percebemos que o período enfrenta altas taxas de desemprego, acompanhadas de uma inflação elevadíssima dos preços, quando muitas dessas famílias perderam o lugar em que moravam, não tendo então condições de se readequarem ao novo perfil do mercado imobiliário. E nesse momento, o debate sobre a habitação parece se voltar para o exclusivo interesse de remoção daquelas pessoas, tidas como indesejáveis, sem que seja abordado pelo jornal o seu destino após aquele despejo.

O que se observa aí, contudo, são trabalhadores e trabalhadoras organizados em movimentos sociais que lutam pela terra e moradia digna (GOHN, 2011; MARICATO, 2008; ROLNIK, 1997; SADER, 1988), sob a liderança de Irmã Helena, mulher negra que protagonizaria então importante capítulo da organização social e popular na cidade a partir de perspectivas solidárias e religiosas de base. A notícia, veiculada no caderno policial, dá conta da recepção por perspectivas criminalizadoras daqueles movimentos sociais e seus sujeitos históricos pela imprensa e sociedade do período.

Algo importante também de salientar nessa notícia é a participação de padre Luciano, atuante no movimento de moradia da época ligado a pastoral da terra da Igreja Católica, que na semana anterior àquele episódio, ao tentar rezar uma missa no local, tinha sido jogado no chão por policiais. Nas reportagens posteriores ao ocorrido, é cada vez mais frequente a participação direta de Irmã Helena.³ Em manchete do dia seguinte, 2 de novembro de 1985, já temos a notícia de que os "posseiros" foram retirados do local. A imagem associada à manchete mostra duas crianças carregando uma bandeira do Brasil, como se o

jornal fizesse alusão à imagem anterior, na qual a bandeira era confeccionada, ou seja, o jornal, ao mesmo tempo em que condena as invasões, escolhe uma postura de sensibilização sobre o tema. No texto da matéria, que também está destacada na capa daquele fascículo do jornal, ficamos sabendo que 200 homens do batalhão de polícia fizeram a reintegração de posse, e que Irmã Helena só deixou o local após a garantia de que nenhum dos moradores seria preso pela resistência à derrubada de suas casas.⁴

Em manchete do dia 24 de novembro de 1985, outro processo de desocupação é destacado, dessa vez envolvendo moradores do Trevo, episódio sublinhado pela manchete "Promessa de Terra: Posseiros retirados". A notícia menciona que as famílias abrigadas no bairro do Trevo, no conjunto Ayapuá, foram retiradas do local pela guarda municipal, com a promessa de que seriam reassentados no bairro São José. A matéria publicou naquela capa a fotografia de Irmã Helena chorando, ao lado dos moradores. Contudo, no "Caderno Cidade" daquele mesmo fascículo, a notícia aprofunda a discussão, evidenciando resistências e lutas naquele enfrentamento. Com o título "Operação surpresa: Clima de tensão para retirar os invasores", a reportagem menciona que os ocupantes, de acordo com Irmã Helena cerca de 70 famílias, só estariam sendo retirados do local porque no dia seguinte ocorreria aí uma festa, e que para o prefeito eles sujavam a aparência festiva e sem conflitos que se queria para o momento. Irmã Helena ainda denuncia o autoritarismo e a violência com que os moradores são retirados, pontuando que diversas vezes eles procuraram algum diálogo com o prefeito, mas não tiveram retorno. As famílias acabam sendo retiradas em caminhões da prefeitura, sem saber ao certo para onde estariam sendo levadas, com a promessa evasiva de supostas moradias no São José.⁵

A participação da igreja católica, a partir de frentes de luta e mobilização popular organizadas

³ Cf. *A crítica*, 1 nov. 1985. Capa.

⁴ Cf. *A crítica*, 2 nov. 1985. Capa.

⁵ Cf. *A crítica*, 24 nov. 1985. Caderno Cidade, p. 10.

pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nesse processo, é marcante. Em manchete do dia 25 de novembro de 1985, lemos que "Igreja chama povo na luta pela reforma agrária", sendo este tema levantado pela Campanha da Fraternidade daquele momento. Além disso, reforça aquela política de relação da Igreja com a sociedade, que a habitação e o direito pela terra deviam ser temas amplamente debatidos pela sociedade. Com o protagonismo do movimento de moradia, tendo Irmã Helena à frente, observamos a articulação desses grupos com a igreja, seja por esta integrar uma organização que tem um local de destaque nas instituições, ou mesmo pelo respeito que ela agrega. Em muitos momentos do período analisado nesta pesquisa, é essa respeitabilidade, na figura de irmã Helena, e dos próprios padres envolvidos naquelas lutas, que se coloca como possibilidade social mais amplamente organizada pela defesa de direitos e políticas públicas.

Somente no dia 29 de novembro de 1985 é que o jornal noticia que "Termina o drama dos sem-terra", quando lemos que a população que teria sido retirada do trevo estava instalada no bairro São José – contudo, nem todas as famílias. No trecho em que se reproduz uma fala de irmã Helena, ficamos sabendo que 29 famílias continuavam em um abrigo provisório.⁶ Todo o processo relatado aqui mostra a forma como esses trabalhadores, mães, donas de casa, se articulam no processo de disputa pela cidade, condições de habitação, saneamento, o básico que deveria ser assegurado.

Em contrapartida, o processo de criminalização não apenas dessas famílias, mas de outros espaços da cidade, segue. No caderno "Polícia" do dia 29 de novembro de 1985, lemos sobre "Assaltantes baleados no tiroteio da favela". Damos destaque aqui para o termo "favela" empregado pelo jornal, como definição imediata de local perigoso, portanto espaço social marcada pela convivência exclusiva de tiroteios, mortes, crimes. Ao abordar o tema, destaca a reportagem que

Durante um tiroteio na favela no morro da Japinlândia, os assaltantes conhecidos como Caveira e Waldinho foram baleados e encontrados a morte pela rádio patrulha. [...] Os policiais da delegacia de plantão estiveram em investigação no local, encontrando balas deflagradas, cigarros de maconha e duas facas deixadas pelos marginais que fugira (ASSALTANTES..., 1985, p. 10).

Outros bairros também passam a ser referidos no jornal como "favelas", com a pressuposição daquelas características desvalorizadoras. São bairros como a Compensa de Santo Antônio, bairros que surgem de ocupações, muitos próximos do bairro Ponta Negra, reservado para a especulação imobiliária de elite na capital. Os bairros pobres ao redor daquela região passam a ser designados pela percepção editorial daquela imprensa como lugares perigosos, marcados por problemas como o roubo e a violência. Por extensão, tais perspectivas desvalorizadoras passam a ser atribuídas aos moradores dessas localidades, pessoas pobres, trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda. Trata-se de lugares marcados pela falta de políticas públicas, de assistência social, saneamento básico, saúde pública, educação e outros.

O processo contínuo de ignorar a falta de gestão pública de qualidade nesses espaços aparece então diretamente relacionado ao movimento de sua desvalorização social por aquela imprensa, quando são os seus próprios moradores culpados pelas dificuldades e mazelas urbanas que enfrentam. Contudo, a resistência a essa dinâmica de exclusões evidencia que a criminalização da vida na cidade de Manaus entre 1985 e 1989 jamais foi aceita pacificamente por aqueles manauaras pobres e organizados, processo que mesmo a imprensa se viu obrigada a noticiar. São lutas que marcaram positivamente a produção social do espaço urbano naquele momento, memória que dialoga historicamente com resistências que também articulam os movimentos sociais de moradia pelo direito à cidade, e à história.

⁶ Cf. *A crítica*. Caderno Cidade, p. 9.

Considerações finais

O entendimento aqui desenvolvido acerca do jornal *A crítica* no período de 1985 a 1989 situa-se na perspectiva de entender a imprensa como um espaço privilegiado de disputas de poder e de forte mobilização de opiniões populares. Assim, entendemos a atuação do jornal sob as condições específicas do contexto social, político e econômico no qual se insere. Desse modo, a partir dessas fontes, buscou-se refletir sobre as estruturas sociais e políticas que se constroem no processo do final da ditadura civil-militar brasileira, bem como no processo de redemocratização, alinhando por vezes o discurso da imprensa ao discurso dos interesses políticos de grupos específicos daquele primeiro período para o seguinte, como a classe social que se consolida no mercado industrial de Manaus.

São inúmeras as compreensões que se abrem a partir da pesquisa com a imprensa e período aqui enfocados. O debate sobre as grandes greves, a constituinte, e a narrativa sobre os bairros pobres e marginalizados, vão sendo articulados dia a dia pelo jornal *A Crítica*. Aos processos de criminalização, com a polícia militar atuando como instrumento de controle da violência, estão relacionados outros arranjos políticos, sociais, econômicos e culturais da sociedade de classes brasileira e da grande imprensa escrita aqui em tela.

Refletir sobre esses temas contribui para dimensionarmos o papel dos movimentos sociais, da organização de trabalhadores e trabalhadores na construção e planejamento da cidade. Desde suas práticas cotidianas, a organização e resistência desses trabalhadores está presente desde o sair de casa para o trabalho, até a organização de suas greves, articuladas de dentro da cultura, como todo um modo de vida global (WILLIAMS, 1989). Tanto no distrito industrial como em seus locais de moradia, os trabalhadores e trabalhadoras denunciam e lutam contra a carestia, se organizam então em grupos para reivindicar estrutura de escolas, postos de saúde nos bairros, segurança pública. E, apesar das hostilizações que sofrem, relacionam-se e se fazem como

classe e sujeitos históricos, evidenciando, a partir de sua participação social, concretos avanços urbanos, culturais e políticos, quanto ao direito à cidadania e o direito à memória. Ao fim e ao cabo, fazem-se ouvir, e dividem conosco seus saberes e conquistas, contribuindo para ampliar compreensões e entendimentos do fazer histórico.

Referências

- BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS. Acervo jornal *A Crítica* (1985-1989).
- ASSALTANTES baleados no tiroteio da favela. *A crítica*, Manaus, 29 nov. 1985. Caderno Polícia, p. 10.
- ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, São Paulo, abr./jun. 2002.
- BARBERO, Jesus M. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- BEIRA-RIO invadida por favelas. *A Crítica*, Manaus, 18 nov. 1987. Caderno Cidades, p. 6.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. *Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49- 61, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. Classes Perigosas. *Revista Trabalhadores*, Campinas, n. 6, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: Educ: Fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo, 2000.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- EMPRESAS tomaram precaução: Policiais mobilizados até o início da noite. *A Crítica*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1985. Caderno Cidades, p. 6.
- ENTRADA de ano violenta com 3 crimes de morte. *A Crítica*, Manaus, 19 mar. 1985. Polícia, p. 1.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GOHN, Maria da Glória M. *Teorias dos Movimentos Sociais*. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4 v.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LINEBAUGH, Peter. Crime e Industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. *In:*

MARICATO, Erminia. *Brasil, cidades: alternativas para crise urbana*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NOVA República vai debater a violência. *A crítica*, 19 mar. 1985. Caderno Política.

POLÍCIA Militar: Segurança nas ruas e assistência nos bairros. *A Crítica*, Manaus, 2 jan. 1985. Caderno Especial.

QUADRILHA a solta: Puxadores levaram mais quatro veículos. *A crítica*, 18 jan. 1985. Caderno Polícia.

REIS Filho, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei – legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SADER, Eder. Quando Novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTIAGO, Maria Célia. Clandestinidade e mobilização nas linhas de montagem: a construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, ano 54, p. 99-113, 2005.

SILVA, Marcos A. (org.). *Brasil, 1964/1968: a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

UGARTE, Maria Luiza. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: Edua, 2001.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIEIRA, Maria; ROSÁRIO, Maria; YARA, Maria. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Campo e Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. *In:* ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, São Paulo v. 21, n. 61, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161>. Acesso em: 19 jan. 2019.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. *In:* SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v. 4.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Paola da Cruz Rodrigues

Graduanda do curso de licenciatura plena em História pelo departamento de História do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora dos temas de Crime e Criminalização de Movimentos Sociais, Trabalhadores e Vida Urbana em Manaus, Mulheres, Trabalhadoras, Gênero e Movimento Negro com ênfase no período de 1968-1989. Associada ao POLIS - Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais. Atualmente Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIBIC, com o projeto "Nossos passos vêm de longe": movimento negro e a luta por direitos (Manaus, 1978-1988).

Nelson Tomelin Jr.

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus, AM, Brasil.

Endereço para correspondência

Paola da Cruz Rodrigues
Universidade Federal do Amazonas
Av. General Rodrigo Octávio, 6200
Coroado, 69080-900
Manaus, AM, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.